



CRISE CLIMÁTICA EM MINAS GERAIS

DESAFIOS NA CONVIVÊNCIA COM A SECA E A CHUVA EXTREMA

GRUPO TEMÁTICO: INSTITUCIONAL

SÍNTESE DA 2ª REUNIÃO – 18 DE ABRIL DE 2024

Comentários e sugestões apresentadas:

- A participação social não deveria ser pautada apenas no item 3 – Gestão de desastres e risco, mas na governança como um todo, com uma participação social mais substantiva nos processos decisórios, e não instrumentalizada para situações específicas.
- Em relação ao financiamento, propor bônus climáticos para grupos que contribuem na mitigação (como os catadores de recicláveis em relação aos gases de efeito estufa), trazendo a transição justa para a centralidade.
- Linhas de financiamento para infraestrutura sensível ao clima para grupos que estão na linha de frente da mitigação.
- A equipe da Gerência de Consultoria Temática – GCT – esclareceu que a participação social está contemplada no tema 1 – Governança, no item 1.3 – Processos decisórios (regulação e controle social), e que a temática dos pagamentos por serviços ambientais – PSA – está contemplada no GT Ambiental e a sugestão será encaminhada.
- Sobre o item 1.4.1 – Planos de Ação Climática municipais, foi informado que a Diretoria de Sustentabilidade, Energia e Mudanças Climáticas – DSEMC – da Semad tem um projeto para prestar suporte aos municípios para elaboração dos planos, por meio de um acordo de cooperação técnica com a França para o uso da ferramenta “Clima na Prática”, o que não consta explicitamente no Plano Estadual de Ação Climática, com recursos da Ação 4046 do PPAG, que também financia mapeamento de vulnerabilidade para grupos específicos (item 2.3.4. da planilha apresentada).
- Em relação ao item 3.1.1 – Mapeamento de riscos, foi informado que Semad não executa esse serviço e foi solicitada sua exclusão como unidade responsável.
- A Emater apontou necessidade de recurso ou atribuição de responsabilidade para: coleta de dados para interpretação e análise de resultado de projetos de revitalização de bacias hidrográficas, em que seria necessário medir a vazão antes e depois das ações, para que se trabalhe com dados concretos em lugar de estimativas; e também para análise e estudo do solo antes e depois da instalação de fossas Tevap, a extensão tem levado a infraestrutura e dados seriam fundamentais.
- Apontada a necessidade de recursos para abastecimento de água no meio rural: esclareceu-se que para uso na produção o tema se encontra no GT Econômico, e para sobrevivência e uso da população se encontra no GT Social.
- Em relação à conectividade, foi relatado projeto-piloto da Emater em 18 municípios com uso satélites de baixa órbita; é necessário garantir recursos para essa questão, e também discutir quais seriam as ferramentas disponíveis (o custo da Starlink é inviável).
- Energias renováveis como fonte de renda e sustentabilidade para o meio rural e a agricultura familiar com a micro e mini-geração, sem o impacto das megasúas.
- Discussão sobre implementos e máquinas agrícolas adequadas para cada região, em relação a tipo de solo, de vegetação e de cultura.
- Cemaden (via chat): Nos próximos 4 anos, será aumentado o número de municípios monitorados para desastres geohidrológicos (movimentos de massa, enxurradas, inundações) de 1.133 para quase 2 mil municípios, ampliação definida a partir de estudo técnico interministerial, que definiu ao todo 842 municípios de risco para monitoramento de condições hidrogeometeorológicas no país, dentre os quais em 144 municípios do Estado de Minas Gerais, que receberão plataforma de coleta de dados ambientais.
- Necessidade de monitoramento e acompanhamento dos programas (Senar, Faemg) de

recuperação de nascentes e das ações de substituição de fossas sépticas por modelos ambientalmente adequados.

- O controle de uso da água (ANA e Igam) é bom em relação à irrigação (regulamentação, monitoramento e pagamento), mas precisa melhorar em outras áreas, como as de pecuária.
- Bons resultados do Regulariza Minas, com 38 mil propriedades regularizadas, principalmente de café e algodão. Uma boa estratégia é juntar a regularização com as condições para certificação internacional (Sistema ESG “environmental, social and corporate governance”), e avançar para as propriedades de soja e todos os tipos de grãos.
- O programa do governo para expandir conectividade de internet telefonia traz condicionantes numéricos que permitem atender pequenos povoados, mas não pequenos e microprodutores.
- Financiamento junto ao BDMG para microprodutores para compra de antenas para conectividade.
- Necessidade de trabalhar junto à Cemig para melhoria das condições de produção de energia renovável para o médio, pequeno e microprodutor, com a possibilidade de compensação dos picos sazonais de uso com o residual de outras épocas e a possibilidade de montar a infraestrutura em outras regiões que tenham rede, e não necessariamente na área de produção, inclusive em terras improdutivas do governo, por exemplo, no semiárido.
- Reforço em relação à necessidade de maquinário agrícola adequado às regiões, são precisos tratores mais potentes com esteiras, que aumentam a eficiência e compactam menos.
- Importância de modelos mais efetivos de gerenciamento da produção, monitorar melhor e com dados mais confiáveis a quantidade e qualidade.
- Criação de um fundo estadual de catástrofe para meio urbano e rural, com a contribuição de todos os produtos por meio de um percentual na comercialização.
- Foi informado pela GCT que tramita projeto de lei na Casa para readequação das finalidades desatualizadas do Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural – Funderur –, que permitirá seu uso em relação a perdas relacionadas a eventos climáticos extremos.
- Ampliação do monitoramento de vazão com redes automáticas de telemétricas; para além do monitoramento de riscos geológicos e de vazão, é importante a ampliação do monitoramento meteorológico (umidade, vento, secas e ondas de calor), com mais estações, e de nível de água em áreas urbanas (onde os dados de vazão são menos importantes do que os de nível).
- Incentivo a consórcios intermunicipais para ampliação do monitoramento, o Cemaden sozinho não dá conta de todo o território.
- Além da previsão de tempo e clima, é necessária a previsibilidade de vazões e níveis, apenas o setor elétrico trabalha nisso e é preciso melhorar, outros países associam numa mesma instituição a meteorologia e a hidrologia.
- Necessidade de articulação e colaboração interfederativa, com oferta recursos federais para medidas estruturantes no monitoramento.
- Em relação ao risco geológico, lidar com a preocupante a situação de barragens e o risco de rompimento com chuvas extremas por meio de parcerias com as empresas, e avaliar a possibilidade de utilização da infraestrutura e dos sistemas de alerta das empresas também para eventos extremos.
- Foi elogiada a proposta de criação de portal no Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – ABC (item 3.2.1 Comunicação) como estratégia de transparência, e sugerido um acompanhamento das plataformas para lidar com a desinformação e a criação de um setor de checagem no site.
- Ampliação da participação social na governança digital, para que se torne de fato participativa.

Próxima reunião:

2 de maio, quinta-feira, 9 horas